

**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **A disputa por localização na cidade na luta de movimentos de moradia em São Paulo em tempos de lulismo (2003-2016): contribuição ao debate sobre as perspectivas da Reforma Urbana<sup>1</sup>**

**Rafael Borges Pereira**

Doutorando em Sociologia pela FFLCH/USP  
Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/USP  
Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/USP  
Bolsista CNPq

### **Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo**

---

*Resumo. O período do chamado lulismo traz avanços no campo da Reforma Urbana (RU), mas também coloca dilemas e contradições, decorrentes da estratégia implantada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de acesso e exercício do poder. Entre os agentes engajados historicamente no campo da RU em São Paulo, têm destaque os movimentos de moradia, segmento organizado de população pobre que experimenta em seu cotidiano com maior intensidade as contradições urbanas que este campo combate. A forma como eles respondem ao contexto também varia e questiona o alcance das conquistas obtidas. As Jornadas de Junho de 2013, por sua vez, rompem o frágil equilíbrio político sedimentado e inauguram um novo ciclo, marcado pelo declínio da hegemonia do PT lulista. Impulsiona novos agentes, como o MTST, a partir de outras práticas políticas e territoriais. Neste contexto, a ação de três importantes movimentos de moradia de São Paulo, a UMM, o MTST e a FLM, é examinada a partir do critério da localização urbana, aqui considerada como coração da RU, buscando assim relacionar estratégias políticas e territoriais. Este debate, por sua vez, traz elementos para uma reflexão maior acerca das perspectivas atuais da RU.*

*Palavras-chave. Segregação urbana; Movimentos de moradia; Urbanização; Lulismo.*

### **The issue of location in city in the struggle of housing movements in Sao Paulo in “lulist” period (2003-2016): contribution to the debate about perspectives of Urban Reform**

---

**Abstract.** *The period of so-called lulism brings advances in the field of Urban Reform (UR), but it also poses dilemmas and contradictions, resulting from the strategy implemented by the Partido dos Trabalhadores (PT) of access and exercise of power. Among the agents historically engaged in the field of UR in São Paulo, the housing movements stand out, an organized segment of the poor population that experiences the urban contradictions that this field fights with greater intensity in their daily lives. The way they respond to the context also varies and questions the scope of the achievements obtained. The June 2013 Journeys, in turn, broke the fragile*

---

<sup>1</sup> A dissertação de mestrado de que resulta este artigo foi financiada por bolsa de estudos CAPES.

*sedimented political balance and inaugurated a new cycle, marked by the decline of the hegemony of the lulist PT. It lifts up new agents, such as the MTST, from other political and territorial practices. In this context, the action of three important housing movements in São Paulo, the UMM, the MTST and the FLM, is examined from the point of view of urban location, considered here as the heart of the UR, thus seeking to relate political and territorial strategies. This debate, in turn, brings elements for a greater reflection on the current perspectives of the UR.*

*Keywords: Urban segregation; Housing movements; Urbanization; Lulism.*

## **La localización en la ciudad en la lucha de los movimientos por la vivienda en São Paulo en tiempos de lulismo (2003-2016): aportes al debate sobre las perspectivas de la Reforma Urbana**

---

**Resumen.** *En el período del llamado lulismo en Brasil se produjeron avances en el campo de la Reforma Urbana (RU), pero asimismo se plantearon dilemas y contradicciones, derivados de la estrategia implementada por el Partido de los Trabajadores (PT) para acceder al poder y lograr ejercerlo. Entre los agentes históricamente comprometidos en el campo de la Reforma Urbana en São Paulo, los movimientos por la vivienda se destacan como un segmento organizado de la población pobre que vivencia en su cotidiano con mayor intensidad las contradicciones urbanas que este campo busca combatir. La forma de reaccionar ante el contexto también varía y pone en cuestión el alcance de los logros obtenidos. Las Jornadas de junio de 2013, a su vez, descomponen el frágil equilibrio político sedimentado e inauguran un nuevo ciclo, marcado por el debilitamiento de la hegemonía del PT lulista. Ganan fuerza nuevos agentes, como el MTST, que se basan en otras prácticas políticas y territoriales. En este contexto, se examina las acciones de tres importantes movimientos por la vivienda en São Paulo, la UMM, el MTST y la FLM, desde el criterio de localización urbana, considerada aquí como el corazón de la RU, con lo que se intenta relacionar las estrategias políticas y territoriales. Este debate, a su vez, aporta elementos para una reflexión más amplia sobre las perspectivas actuales de la RU.*

*Palabras clave: Segregación urbana; Movimientos de vivienda; Urbanización; Lulismo.*

## 1. Introdução

Este artigo é resultado de dissertação concluída em 2017 na FAU-USP. Neste mesmo ano, completaram-se 29 anos da promulgação da Constituição de 1988; 30 anos do Fórum Nacional da Reforma Urbana; cerca de 40 anos de um campo de movimentos sociais com atuação na área da habitação; 20 anos do MTST; 36 anos do Partido dos Trabalhadores; diversas gestões petistas em municípios da Região Metropolitana de São Paulo; 3 gestões petistas no governo federal; um golpe jurídico-parlamentar-midiático, em 2016. E ainda, 4 anos das Jornadas de Junho de 2013. Nesse tempo, o campo de agentes da luta pela Reforma Urbana de todos os segmentos (movimentos sociais, partidos políticos, universidades, ONGs, entidades profissionais, técnicos militantes) acumulou uma vasta experiência na elaboração e implementação de políticas públicas urbanas, farta experimentação de processos participativos em diversas escalas e âmbitos de governo, vivência de ser oposição e situação, vivência de lutas de rua e lutas institucionais, vivência de compor coalizão com setores conservadores da sociedade. Esse conjunto de experiências, especialmente no momento histórico atual, não só nos permite fazer algumas avaliações, como também nos exige fazê-lo, num sentido de refletir sobre as perspectivas do próximo período.

Nesse contexto, tem destaque a participação do que hoje conhecemos como movimentos de moradia, que compõem o segmento organizado de população pobre que experimenta em seu cotidiano com maior intensidade as contradições urbanas que este campo discute e combate, já que os seus demais segmentos têm em geral, um perfil econômico de classe média. Como veremos, os movimentos de moradia, frequentemente tratados desta maneira mesmo, como “Os” movimentos de moradia, não constituem um grupo monolítico. Embora existam entidades, como o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), que tem articulado boa parte destes movimentos; ou mesmo frentes de ação, como por exemplo a própria operação do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, que os enredou em problemas e dilemas comuns; buscamos neste trabalho evidenciar processos históricos e escolhas políticas distintas entre eles, que geraram caminhos, prioridades e formas de atuação diferentes.

Pretendemos assim contribuir para um balanço histórico dos caminhos da luta pela Reforma Urbana, identificando os entrelaçamentos entre a produção capitalista do espaço urbano em contexto periférico e o fazer político dos agentes envolvidos. E fizemos isso, a partir de uma análise da ação de 3 importantes movimentos de moradia na Região Metropolitana de São Paulo, durante o período das gestões do PT no Governo Federal (2003-2016), marcado pelo fenômeno político do lulismo (SINGER, 2012). São eles a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e a Frente de Luta por Moradia (FLM)<sup>1</sup>.

Refletir sobre os impasses, contradições, limites e escolhas que estes movimentos experimentaram num momento histórico de avanço de forças progressistas, com transformações sociais, econômicas e políticas intensas traz elementos para se pensar em perspectivas e estratégias para a possibilidade de um novo período de avanços.

## 2. Recortes da pesquisa

Para a discussão sobre o avanço da luta pela Reforma Urbana no período das gestões federais petistas, fizemos uma seleção de movimentos de moradia, a partir de um critério básico: o vínculo histórico-político com o PT. A fim de testar a influência deste aspecto sobre a sua ação, inicialmente decidimos por escolher dois movimentos com perfis distintos: um com grande vinculação histórica com o PT e outro com trajetória distinta. Para o primeiro perfil, escolhemos a UMM-SP, filiada à UNMP (União Nacional por Moradia Popular), por algumas peculiaridades: tratava-se de um movimento grande, com muitas associações filiadas, capilaridade na cidade e até Região Metropolitana. Foi aquele com maior atuação na operação de programas habitacionais federais (em número de empreendimentos e unidades habitacionais produzidas), importante

participação na elaboração e revisões destes, com incidência em disputas no Poder Executivo e Legislativo, em âmbito local e federal. Este movimento também gozou de um reconhecimento particularmente especial no período de estudo, pois Evaniza Rodrigues, importante militante do movimento, compôs a equipe de governo em cargos de alto escalão<sup>2</sup>. Já para o segundo perfil, selecionamos o MTST, cujas origens remontam ao fim da década de 1990, no seio do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e com trajetória bastante distinta do anterior. Tratava-se do maior movimento de moradia fora do campo político do PT, tendo promovido no período massivas ocupações de terrenos nas periferias da metrópole, diversas mobilizações de rua e vinha se notabilizando na imprensa por uma ação tachada como “radical”. No seu discurso, aparecia expressamente a intenção de “romper com o consenso lulista”. No curso do trabalho de campo, decidimos incluir ainda um terceiro movimento que, embora tivesse trajetória relacionada com o PT, mostrava uma conduta que divergia, em certa medida, daquela predominante na UMM. A FLM se notabilizava pela realização nas décadas de 2000 e 2010 de uma inúmeras ocupações de edifícios abandonados em bairros centrais do município de São Paulo, com estratégia de permanência das famílias nos locais e que deu visibilidade pública a violentos despejos.

Quanto à escolha do período das gestões do PT no governo federal, consideramos que se tratou do momento de maior avanço das forças progressistas na cena política nacional na história brasileira. Em que pese o governo ter sido sustentado por uma coalizão ampla e que, no curso dos mandatos, as forças mais conservadoras tenham aumentado seu espaço político; ainda assim, foi o momento em que o PT teve maior domínio sobre estruturas de poder e recursos do Estado. Considerando a sua estreita ligação com a construção do campo da Reforma Urbana, houve uma expectativa por parte dos seus diversos segmentos de que aquele fosse um momento de avanços significativos nas suas pautas históricas. Foi também quando as diversas forças progressistas experimentaram as contradições da estratégia lulista e importantes dilemas sobre o acesso e o exercício do poder se colocaram, exigindo que estes agentes de dentro e de fora da institucionalidade do Estado se posicionassem politicamente. Portanto, foi um período da história privilegiado para o debate acerca de condicionalidades históricas e escolhas políticas.

### 3. Metodologia de análise e apresentação do campo

A discussão sobre a atuação dos movimentos de moradia neste trabalho focaliza a dimensão da **disputa por localização** no período estudado, mirando sua incidência sobre o processo de segregação urbana na metrópole, a partir de alguns pressupostos: “(...) a segregação deriva de uma luta ou disputa por localizações; esta se dá (...) entre grupos sociais ou entre classes” e de que “(...) a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, pp. 142 e 148).

A segregação urbana constitui historicamente um alvo central de combate nas bandeiras de luta da Reforma Urbana (RU), pelos diversos segmentos que compõem este campo (FNUR, 2017; SAULE JÚNIOR, 2010). E mesmo para o MTST, que não se organiza pelo Fórum Nacional da RU (FNUR), a mesma premissa se aplica, conforme apontam os documentos públicos de apresentação do movimento (MTST, 2017).

Dessa forma, analisamos as estratégias de disputa pelo acesso às localizações no processo de luta pela moradia, em suas diversas expressões, considerando a produção habitacional conquistada<sup>3</sup>, junto às diversas instâncias de governos; as ocupações de terrenos e imóveis; diferentes formas de reivindicação; e a incidência sobre o Plano Diretor de São Paulo de 2014.

Para realizar um mapeamento destas ações e seus sentidos, valemo-nos primeiramente de pesquisa bibliográfica e documental sobre o histórico dos movimentos de moradia; da luta pela RU no Brasil; do trajetória do FNUR; assim como dilemas, contradições e desafios vividos. Em seguida, levantamento quantitativo da produção habitacional, com envolvimento dos movimentos

de moradia estudados. Os programas considerados foram: Programa de Mutirões da Prefeitura de São Paulo, Programa Paulista de Mutirões (CDHU), Programa Crédito Solidário (PCS), Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-E). Estes dados foram obtidos via Portal da Transparência do Governo Federal endereçado à Caixa Econômica Federal, consulta a relatórios de gestão da Prefeitura de São Paulo e pesquisa bibliográfica (ROSSI, 2012). Além dessas fontes secundárias, realizamos entrevistas semiestruturadas com dirigentes dos movimentos, buscando identificar leituras históricas, de conjuntura, de restrições e oportunidades políticas (TARROW, 2009), repertórios de ação coletiva (TILLY, 2006; TATAGIBA, PATERNIANI e TRINDADE, 2012). A fim de cotejá-las com outras percepções a respeito da ação destes movimentos, foram entrevistados outros agentes que de diversas maneiras experimentaram interação com estes movimentos sociais, a partir do governo municipal, federal ou do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades). Foram ainda realizadas visitas a reuniões, atividades e assembleias dos movimentos, visando qualificar a percepção a respeito das suas rotinas de encontros e confrontar informações fornecidas nas entrevistas; e a ocupações, conjuntos habitacionais ou obras empreendidas, organizadas ou influenciadas pelos movimentos estudados.

Por fim, estes dados de natureza discursiva foram confrontados com mapas analíticos produzidos, a fim de mensurar a qualidade da localização urbana nas três categorias adotadas nesta pesquisa: empreendimentos, imóveis reivindicados e ocupações. E como parâmetros para esta mensuração, valemo-nos de três indicadores (RIZEK, SANTO AMORE, et al., 2015):

- Concentração de oferta de empregos<sup>4</sup>;
- Rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento)<sup>5</sup>;
- Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 2010 (IPVS)<sup>6</sup>;

#### **4. A disputa por localização urbana na ação de UMM, MTST e FLM no contexto lulista**

Do ponto de vista da compreensão sobre como a cidade é produzida, os agentes envolvidos, seus interesses e seus meios de ação, existe grande semelhança entre UMM, MTST e FLM. A leitura de documentos das três entidades evidencia, com ênfases diferentes, o uso de ideias comuns: a contradição entre a cidade como mercadoria *versus* a cidade para os trabalhadores pobres; precariedade habitacional para a população mais pobre como problema nacional que demanda políticas públicas; a especulação imobiliária produzindo a segregação urbana e a necessidade de combatê-la. (UNMP, 2006; FNRU, 2005, 2017; BOULOS, 2012; FLM, 2004) Alinham-se com uma leitura da produção capitalista do espaço urbano que reconhece no conflito de classes em torno do uso da terra urbana ou da sua mercantilização – o chamado “nó da terra” (HARVEY, 1982; MARICATO, 1996, 2011) – o cerne da luta pela Reforma Urbana, pelo direito à cidade e à moradia digna.

##### **4.1. UMM-SP**

Em nível federal, no que se refere à luta institucional, destacaram-se na atuação da UMM: a incidência no ConCidades; no processo de criação dos programas autogestionários e sua operação; atuação no Grupo de Trabalho Nacional para Programas de Provisão Habitacional, da Superintendência do Patrimônio da União (SPU); a atuação na Mesa Permanente de Negociação, na Secretaria Geral da Presidência da República; a ocupação de cargo público de alto escalão do governo por militante do movimento. Quanto às lutas diretas, destacaram-se a entrega de documentos a autoridades da Caixa e à Presidência da República; a ocupação de órgãos públicos; a realização de manifestações públicas em Brasília.

Já em nível municipal, destacaram-se, a incidência sobre o Plano Diretor de São Paulo 2014, tanto na luta institucional como na direta; a reivindicação por desapropriação de terrenos, a incidência

sobre o Conselho Municipal de Habitação; manifestações públicas; ocupações de imóveis (edifícios e terrenos).

#### 4.1.1. Conselho Nacional das Cidades (ConCidades):

A UMM, via União Nacional por Moradia Popular (UNMP), teve representação em todas as gestões do ConCidades e atuou nas discussões de todas as pautas, mas alguns aspectos tiveram destaque na sua atuação, em conjunto com os demais movimentos ali representados. Em entrevista, Dito Barbosa destaca em primeiro lugar as lutas em torno do Fundo Nacional de Moradia Popular, que tiveram centralidade durante mais de uma década na agenda dos movimentos nacionais representados no ConCidades, atravessando tanto a luta direta, como pauta de inúmeras manifestações; quanto a institucional, quando se torna objeto de debate no ConCidades e de Conferências das Cidades. Refere-se ainda ao processo histórico de mobilização popular que impulsionou esta pauta, pelo qual foi elaborado o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular do Brasil e foram coletados 1 milhão de assinaturas. A tramitação deste projeto de lei levaria ainda 13 anos e só em 2005 foi aprovado no Congresso Nacional o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), articulado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Com isso, a expectativa era de que todo o investimento em habitação fosse centralizado no FNHIS, que repassaria recursos aos outros entes federativos diretamente fundo a fundo, submetendo os critérios para definição dos investimentos a conselhos locais com participação popular e a planos locais. Dessa maneira, o investimento obedeceria a uma lógica territorial, definida num fórum democrático permeável à participação da sociedade civil, combatendo a prática histórica de investimentos urbanos pulverizados, erráticos e clientelistas. Em que pese essas pautas terem sido vitoriosas, na prática foram pouco implantadas.

#### 4.1.2. Criação e operação de programas autogestionários

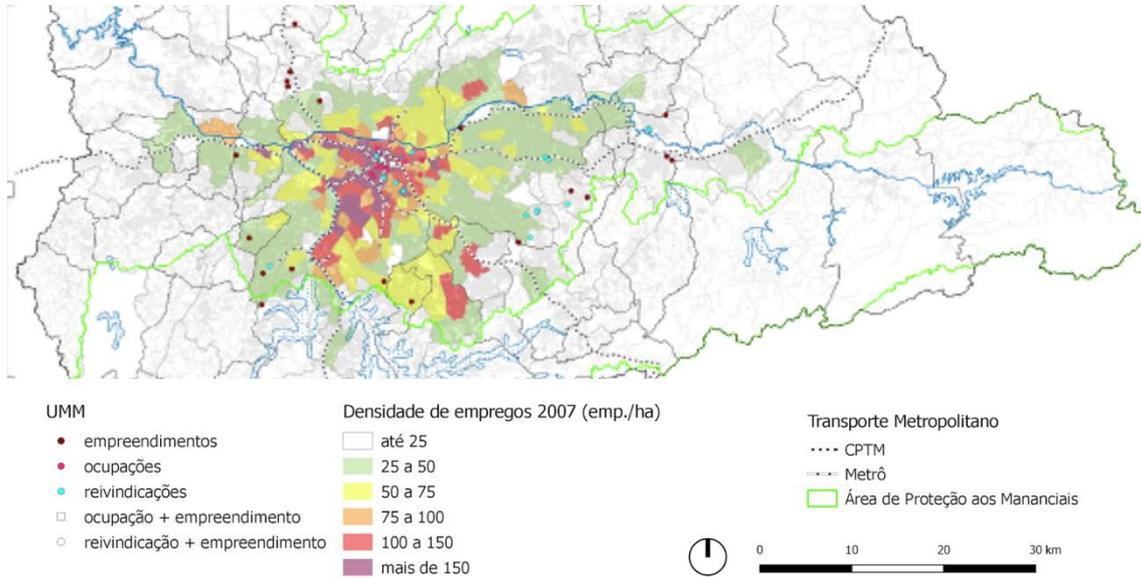
A UNMP, articulada com os outros movimentos representados no ConCidades, teve grande incidência no processo que criou o Programa Crédito Solidário (PCS). Este programa concretizou um avanço significativo na viabilização de empreendimentos para a camada de renda mais baixa, pois foi operacionalizado por um financiamento do valor integral do imóvel, sem juros e sem entrada, que eram barreiras importantes para os mais pobres nas equações financeiras dos programas anteriores. Já no contexto de criação e estruturação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), os movimentos de moradia do ConCidades tiveram incidência mais periférica, cavando a modalidade Entidades, com regras específicas para a autogestão, porém com participação residual no orçamento geral do programa. Segundo Dito, os movimentos incidiram com mais peso na elaboração da parte de regularização fundiária da Lei do MCMV, no âmbito do Conselho.

Uma vez oficializados os programas, houve grande mobilização da UMM para auxiliar as associações filiadas e suas assessorias técnicas na viabilização de empreendimentos de PCS e MCMV-E, com uma rotina de reuniões de monitoramento dos projetos, acompanhamento e orientações para as dificuldades, articulações de reivindicações para órgãos públicos ou mesmo de solicitações de modificações de normativas dos programas. A partir de 2014, o movimento realizou ainda, com apoio financeiro da Fundação Ford, projeto de formação de lideranças no tema da autogestão e da implementação de empreendimentos do MCMV-E. Contabilizando as diversas entidades filiadas à UMM, foram contratados 5 empreendimentos de PCS e 16 de MCMV-E, conforme aponta o Mapa 1, totalizando 6.686 unidades habitacionais.

No que se refere à localização geral na mancha urbana, os Mapas 1, 2 e 3 e o Gráfico 1 (Reivindicações, ocupações e empreendimentos da UMM na RMS) explicitam como se dá a distribuição. Cabem aí algumas notas a respeito das categorias adotadas: “Subprefeitura da Sé” e “Centro expandido” são bem demarcadas e referenciadas em definições oficiais. Já a categoria

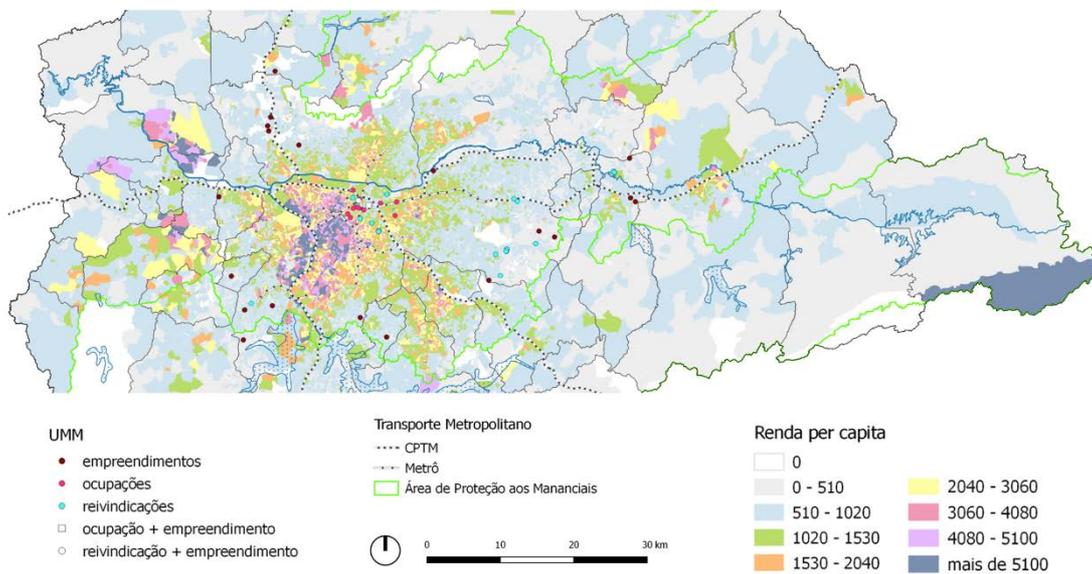
“Franja Urbana” refere-se aos pontos situados na borda da mancha urbana ou em região muito próxima a ela e “Periferia média” se refere aos pontos situados numa zona intermediária entre as demais categorias. Trata-se de uma definição intencionalmente mais vaga e que requer um olhar mais cuidadoso através dos mapas.

**Mapa 1. Sobre oferta de emprego**



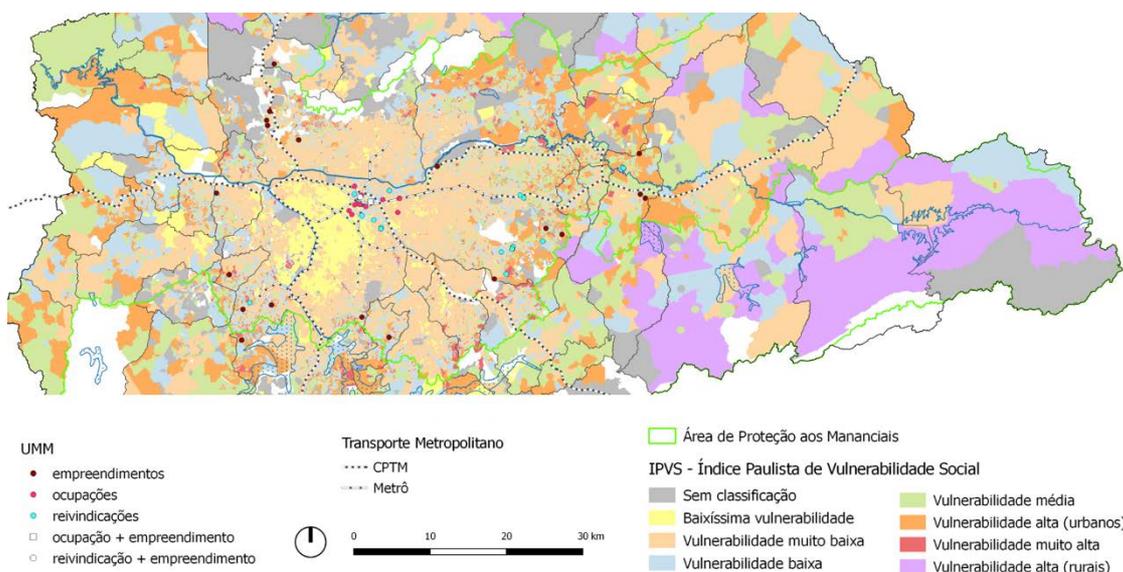
Fonte: OD 2007, MCidades/CEF, UMM-SP, Portal FLM, STRAUSS, Luiza, 2013. Elaboração: Daniela Julião e Filipe Barreto.

**Mapa 2. Sobre renda *per capita***



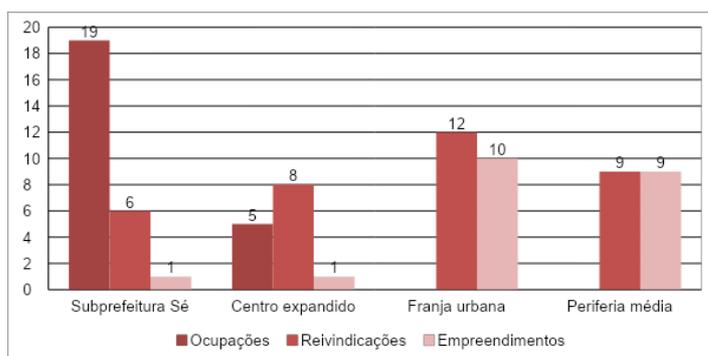
Fonte: Censo 2010 IBGE, MCidades/CEF; UMM-SP, Portal FLM, STRAUSS, Luiza, 2013. Elaboração: Daniela Julião e Filipe Barreto.

**Mapa 3. Sobre IPVS**



Fonte: SEADE, 2010, MCidades/CEF, UMM-SP, Portal FLM, STRAUSS, Luiza, 2013. Elaboração: Daniela Julião e Filipe Barreto.

**Gráfico 1. Localização na mancha urbana**



Fonte: MCidades/CEF, UMM-SP, Portal FLM, STRAUSS, Luiza, 2013. Elaboração: Rafael Borges Pereira.

No que se refere à localização da oferta de empregos, dos 21 empreendimentos conquistados pela UMM no período de estudo, 81% estão situados nas duas faixas mais baixas (até 50 empr./ha), 9,5% na faixa mais alta (mais de 150 empr./ha) e 9,5% em faixa intermediária (50 a 75 empr./ha). No que se refere à renda, 90% estão situados em setores nas duas primeiras faixas (até R\$ 1.020), eventualmente próximo de setores na quarta faixa (até R\$ 1.530), e os 10% restantes em áreas centrais da cidade estão situados em zonas de baixa renda, mas muito próximos de setores com faixas mais altas. No que se refere ao IPVS, os 2 empreendimentos em áreas centrais estão situados em setores de baixa e muito baixa vulnerabilidade e cercados de setores de baixíssima vulnerabilidade; 3 estão próximos de setores na faixa muito alta, 14 estão inscritos ou muito próximos de setores na faixa alta. Os outros 2 estão situados em áreas em que predominam setores nas faixas baixa, baixa e média.

Vale ressaltar que o padrão de inserção urbana dos empreendimentos da UMM não se diferencia significativamente em relação à produção geral do MCMV faixa 1. (RIZEK; SANTO AMORE, et al., 2015).

#### 4.1.3. Reivindicações: Grupo de Trabalho SPU e Editais da COHAB

A destinação de imóveis públicos da União, empresas e autarquias federais para a viabilização de empreendimentos de HIS é uma reivindicação antiga da UNMP, junto com os outros movimentos

representados no ConCidades. Convergindo com esta reivindicação, o Governo Federal instituiu em 2008 o Grupo de Trabalho Nacional para Programas de Provisão Habitacional, locado da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e composto por membros do ConCidades. Este GT tinha a finalidade de levantar, estudar e encaminhar a destinação destes imóveis para habitação popular. Em nível estadual, foram instituídos GTs complementares a este, com propósito e composição semelhantes.

Paralelamente à atuação nos GTs, a UMM participou de ocupações de imóveis da União, com o objetivo de denunciar o descumprimento da função social da propriedade de edifícios públicos que poderiam ser convertidos em habitações populares. Se em muitos casos essa ação surtiu efeito de pressão, segundo Evaniza, em alguns casos não tiveram êxito. O fato de os imóveis serem de propriedade pública, o que supostamente favoreceria o processo de destinação, nesses casos em que não havia um interesse imediato para ele, acabou enfraquecendo a reivindicação. No geral, essa frente de atuação rendeu poucas conquistas, tendo sido viabilizados em todo o seu período de existência apenas 5 imóveis, com 21 em processo de viabilização, segundo dados da SPU (RODRIGUES, 2013, p. 193). Destes, 71% (15) foram destinados a associações filiadas à UMM.

Outra forma de reivindicação empreendida pela UMM foi junto à COHAB. Fernando Haddad iniciou gestão na Prefeitura de São Paulo (2013-2016), tendo assumido meta de produção de 55 mil unidades habitacionais, porém encontrou uma série de dificuldades de viabilização de empreendimentos MCMV nas modalidades operadas pelas construtoras. Em resposta a isso, a COHAB lançou quatro editais de chamamento (2015-2016) para repasse de terrenos e imóveis sem custo para entidades populares interessadas em produzir habitação, via MCMV-E. Neste processo, a UMM, assim como diversos outros movimentos, incide pressionando a Prefeitura pela inclusão de terrenos e imóveis de seu interesse nos editais. Como resultado, associações filiadas à UMM conquistaram 20 imóveis<sup>7</sup>, notadamente mais que os dois outros movimentos estudados.

Deste conjunto de 35 imóveis reivindicados pela UMM, avaliando a concentração de empregos, 83% estão nas duas faixas menores (até 50 empr./ha). Os 17% restantes se distribuem nas faixas seguintes mais altas. No que se refere à renda, 86% dos imóveis reivindicados estão em áreas predominantemente na terceira faixa (R\$ 510 a R\$ 1.020), com proximidade de setores da faixa seguinte (R\$ R\$ 1.020 a R\$ 1.530). Os 14% restantes estão situados em áreas com predominância de setores com renda entre R\$ 1.020 e R\$ 3.060. Na análise do IPVS, 60% dos imóveis estão em áreas predominantemente na faixa de vulnerabilidade alta, 6% na faixa muito alta e 34% estão inseridos no chamado “centro expandido” em áreas com predominância das faixas de vulnerabilidade baixíssima, muito baixa e baixa.

Observa-se assim que a maior parte deles tem uma inserção urbana mediana para ruim, estando distantes das zonas com maior concentração de empregos, reforçando bolsões de pobreza, porém parte deste montante contando com acesso razoável a equipamentos de educação e saúde.

#### 4.1.4. Outras reivindicações feitas ao governo federal

Analisando o conjunto de documentos apresentados ao Governo Federal pela UNMP, de reivindicações nas gestões de Lula e Dilma Rousseff, observa-se que a o conteúdo se concentra em aspectos do funcionamento interno dos programas habitacionais, com grande ênfase para o PCS e o MCMV, notadamente programas de produção nova. Não são mencionadas outras políticas como de melhorias habitacionais ou de regulação do mercado de aluguéis. A destinação de imóveis federais para produção de HIS por autogestão aparece como a principal reivindicação, no que se refere à incidência do Estado no acesso à terra urbanizada.

Nas cartas abertas é possível encontrar um conjunto um pouco mais amplo de pautas, incluindo pontualmente a criação de estruturas de mediação de conflitos fundiários em todos os níveis de governo, a regularização fundiária para assentamentos precários, e outras como a Lei da Mobilidade, aprovação da Políticas de Saneamento e outras pautas setoriais.

#### 4.1.5. Interlocução com o Governo Federal fora da institucionalidade de participação

Evaniza Rodrigues (2016) relata que desde a saída do Ministro das Cidades petista Olívio Dutra em 2005, a UNMP e os outros movimentos representados no ConCidades, passam a buscar outra porta de comunicação e transmissão de reivindicações ao Estado. Isso porque o novo ministro, de corte conservador, passou a ser um intermediário indesejado no diálogo com o centro de decisões do governo. Dessa forma, a Secretaria Geral da Presidência instituiu uma Mesa Permanente de Negociação com os movimentos de moradia com o objetivo de tratar especificamente de algumas pautas, entre as quais, a criminalização dos movimentos sociais, o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e a destinação dos imóveis pela SPU. Este espaço não constitui propriamente uma instância de participação social representativa, mas pode ser considerada uma zona de interface socioestatal (PIRES e VAZ, 2014).

#### 4.1.6. Ocupações

Quanto às ocupações, vale esclarecer o propósito que orienta este tipo de ação, para a UMM. Na prática deste movimento, observa-se que a ocupação não tem o objetivo de permanecer no local e é o último recurso. Tem a perspectiva de pressionar o Estado, por meio de denúncia pública do descumprimento da função social da propriedade, com um foco preferencial em imóveis públicos. No período de estudo (2003-2016), foram levantadas 13 ocupações exclusivas da UMM e 11 feitas em parceria com a FLM. Conforme mostra o Gráfico 1, todas elas foram realizadas em áreas centrais de São Paulo (circunscrições da Subprefeitura da Sé e Centro expandido).

No que se refere à localização da oferta de empregos deste conjunto, todas as ocupações estão em regiões situadas nas três maiores faixas (75 a mais de 150 empr./ha). Quanto à renda, todas elas estão situadas em áreas de faixas entre R\$ 1.020 e R\$ 3.060, cerca de metade delas bem próximas a áreas nas três faixas maiores (R\$ 3.060 a mais de R\$ 5.100). Por fim, analisando o IPVS, todas as ocupações estão situadas nas faixas de baixíssima, muita baixa e baixa vulnerabilidade. Pela amostra estudada, é possível notar que para esta forma de ação política do movimento, houve um critério territorial, favorecendo melhores localizações.

#### 4.1.7. Incidência no Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2014

Em nível municipal, a UMM, articulada com outros movimentos, organizou mutirão com comissões de lideranças de base do movimento para identificar e apresentar terrenos para avaliação da equipe técnica da Câmara de Vereadores, na perspectiva de serem incorporados como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na proposta do Plano Diretor de São Paulo de 2014. Para isso, realizou processo de formação dessas lideranças, visando qualificá-las para a tarefa de identificar características e qualidades dos terrenos, restrições urbanísticas, impedimentos legais, etc. Dessa forma, a UMM indica cerca de 500 terrenos para serem disputados na demarcação das ZEIS, segundo Evaniza. Vale destacar também que, no período de tramitação da lei do Plano Diretor no Legislativo, a UMM compôs articulação de movimentos de moradia que acampam em frente à Câmara de Vereadores.

\*\*\*

Em suma, pôde-se observar, no conjunto destacado de ações da UMM, uma forte ênfase na produção habitacional nova, na operação dos programas autogestionários, em detrimento de lutas em prol de outras soluções habitacionais possíveis (melhorias habitacionais, locação social, políticas de controle do mercado de aluguéis, urbanização de favelas, etc.). Nota-se uma

interlocução intensa com a CAIXA, transmitindo – com êxito – reivindicações de caráter operativo, modificações nas normativas dos programas. A orientação mais geral dos programas, seus pressupostos, são pouco questionados. O que aparece mais claramente como disputa por localização se deu no âmbito do GT de Terras da SPU e na Mesa Permanente de Negociação no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República em torno de alguns terrenos bem inseridos, articuladamente com ocupações de alguns imóveis públicos como forma complementar de pressão, embora as entrevistas mesmo indiquem o avanço insuficiente deste espaço; e no âmbito municipal, pôde-se encontrar disputa por localização na incidência sobre os editais da COHAB para distribuição de terrenos para a produção de MCMV-E, nos quais foram conquistados alguns terrenos e imóveis com excelente inserção urbana. Apesar disso, a grande maioria da produção habitacional conquistada via programas, o acesso à terra urbana é feito via mercado, evitando a disputa por localização. Ademais, é muito notável o acúmulo de experiência na produção habitacional concreta conquistada pelas associações filiadas à UMM. Se comparada à produção geral do MCMV, a produção da modalidade Entidades é residual; ao compararmos, dentro deste universo menor, a produção das diversas entidades, as associações das UMM têm grande destaque. O movimento realiza com intensidade processos de formação de sua base, de forma estruturada e capilarizada, fortalecendo um corpo de novas lideranças, embora se note um grande acento nestes processos do tema da preparação para a autogestão e operação dos programas federais autogestionários, em detrimento de outros temas que compõem a problemática habitacional e a luta social, sobretudo à luz do momento político que o país viveu nesse período, suas contradições, seus limites.

## 4.2. MTST

### 4.2.1. Ocupações e empreendimentos

O MTST apresentou como eixo principal de atuação a organização de ocupações de terrenos vazios, que centralizaram a realização de uma série de lutas com o objetivo de reivindicar ao Estado solução habitacional para as famílias que compõem a sua base. De forma complementar, articularam também outras lutas, como os trançaços de vias contra o golpe de 2016 e também as passeatas contra o aumento da passagem de ônibus em Itaquera e Capão Redondo, São Paulo, ainda nesse mesmo ano.

Na prática do MTST, a ocupação de terrenos é o que funda e organiza a ação do movimento, que “passa a existir *a partir dela*” (Natália Szermeta, 2016). Segundo o dirigente Gabriel Simeone (2015), a ocupação se constrói da seguinte maneira: “ocupa, enche o terreno, parcela o terreno em vários grupos, cada grupo é uma organização particular com uma coordenação de base horizontal, faz um processo de formação política intenso [dessas lideranças]”. Do ponto de vista espacial, a ocupação é constituída por grande áreas para instalação dos barracos de cada família organizados em subgrupos, cada qual com cozinhas coletivas; e espaços de convívio, reuniões, festas e assembleias. Esta ação, no entanto, não visa consolidar as famílias envolvidas no próprio terreno, o que significa que os barracos construídos são de caráter provisório. Nesse sentido, o movimento propõe que a ocupação seja um instrumento de massificação da luta, promoção de experiências coletivas, associativas e organizativas dos acampados. Então, do ponto de vista estratégico, visa conformar massas organizadas para fortalecer e legitimar os enfrentamentos conferindo progressivamente ao movimento reconhecimento público e um status de agente incontornável na cena política. Portanto, a finalidade última das ocupações é pressionar os proprietários a venderem seus imóveis ocupados ou pressionar as Prefeituras para fazerem desapropriações, para que providenciem outro terreno viável, ou ainda outra solução habitacional. E a finalidade meio é politizar os entraves ao atendimento, promovendo experiências de enfrentamentos com o Estado. Uma vez que o processo de reintegração de posse aconteça e as famílias acampadas tenham que desfazer a ocupação, as famílias são agrupadas em “núcleos”, por um critério de proximidade das habitações e continuam se encontrando e participando de lutas

específicas de sua ocupação e gerais do movimento. A perspectiva de sucesso da luta se dá no atendimento em programa habitacional.

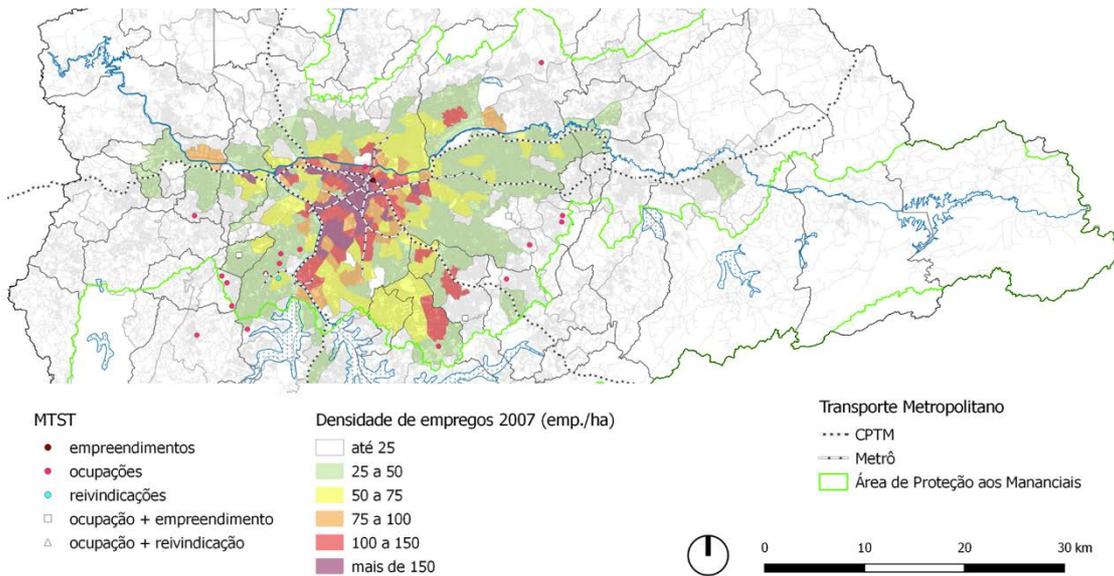
Dessa forma, a localização da ocupação em si não importa tanto para uma discussão sobre a disputa concreta do território empreendida pelo movimento. É mais importante avaliar qualitativamente a localização das moradias conquistadas a partir da luta e buscar compreender como esse critério se inseriu ou não nas reivindicações, nos processos de negociação e nas conquistas.

Ainda assim, valem antes algumas notas a respeito da localização das ocupações. Na fala das lideranças entrevistadas, ficou explícito que existia um critério territorial para essa escolha, notadamente a proximidade de favelas, ou seja, de pólos de demanda massiva por habitação. Este aspecto tem particular importância entre elas, que entendiam que o elemento que fortaleceu e legitimou historicamente o MTST foi a visibilização para a sociedade da capacidade de mobilizar um grande número de pessoas em ações massivas de rua: protestos, marchas, ocupações de terrenos, de órgãos públicos, de incorporadoras. Além disso, a proximidade de rodovias se mostrou outro aspecto importante na escolha da localização das ocupações e estava ligada à tática de travamento de vias, que causou grande repercussão nos meios de comunicação, pela perturbação imposta à circulação de pessoas e mercadorias na escala da metrópole<sup>8</sup>.

Ou seja, a presença de qualidades urbanísticas não foi critério para escolha da localização das ocupações, mas sim a ausência delas. Assim, percebe-se que havia uma estreita relação entre os repertórios de luta, a perspectiva de acúmulo de força política do movimento e a localização das ocupações. E as lideranças avaliam ainda que a luta sendo feita nas áreas com mais precariedades, mais necessidades de equipamentos públicos, de infraestrutura de saneamento básico, de transportes, etc., tendia a ser mais mobilizadora, mais massiva. Isto porque teria maior capacidade de agregar no próprio espaço de vida cotidiana um grande número de pessoas sujeitas a essas privações, evidenciando uma identidade de condição entre elas. Essa compreensão justificaria a escolha por centrar os esforços do movimento em se aproximar e atuar sobre essas realidades, em vez de mobilizar populações sem-teto em áreas mais bem localizadas.

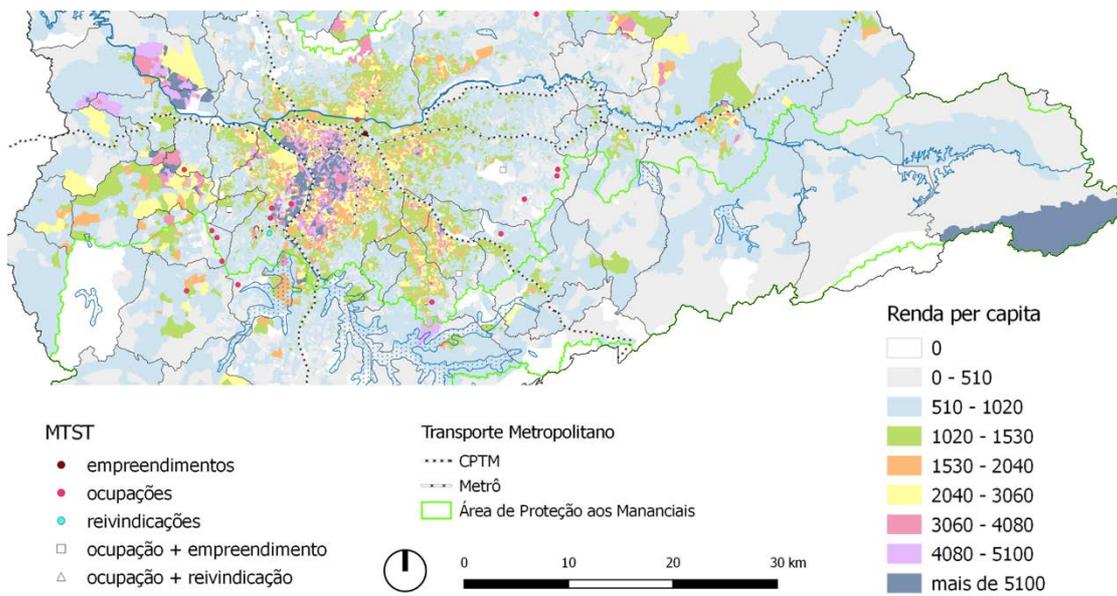
Até janeiro de 2017, o MTST viabilizou 3 conjuntos habitacionais pelo MCMV-E na Região Metropolitana de São Paulo e 1 empreendimento via Parceria Público-Privada promovido pela Prefeitura de São Paulo, para a demanda da única ocupação em área central do MTST e com atendimento também em área central, no bairro da Luz<sup>9</sup>. Esses conjuntos totalizam 4.070 unidades habitacionais contratadas, 510 entregues. Os Mapas 4, 5 e 6 e o Gráfico 2 (Reivindicações, ocupações e empreendimentos do MTST na RMSP) mostram a distribuição.

#### **Mapa 4. Sobre oferta de empregos**



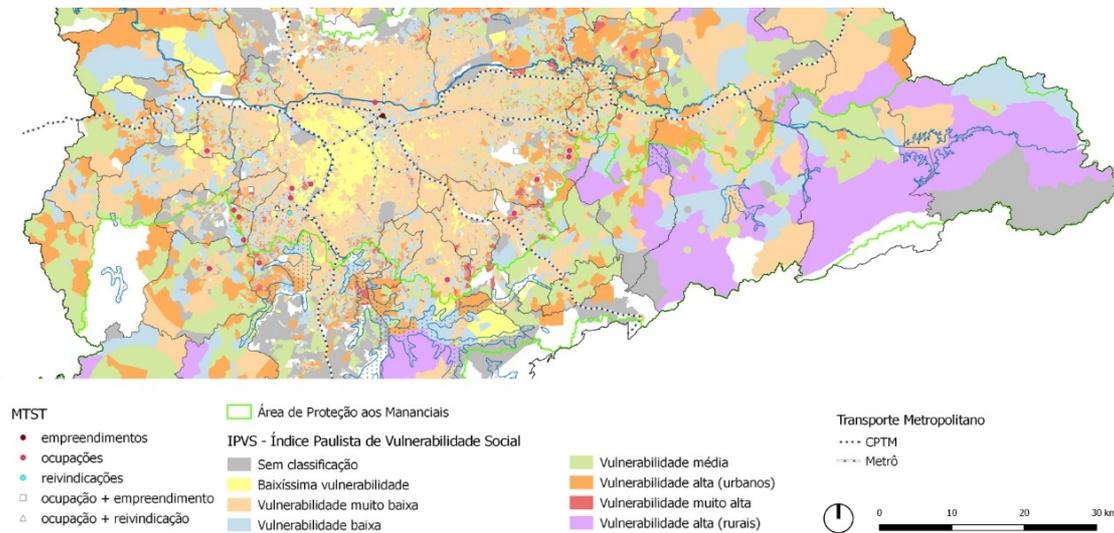
Fonte: OD 2007, MCidades/CEF, MTST. Elaboração: Daniela Julião e Filipe Barreto.

**Mapa 5. Sobre renda *per capita***



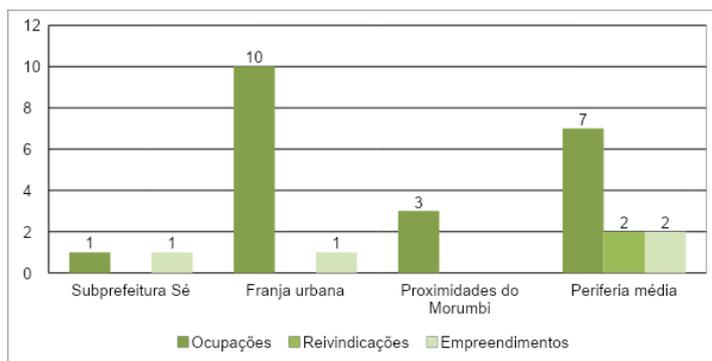
Fonte: Censo 2010 IBGE, MCidades/CEF, MTST. Elaboração: Daniela Julião e Filipe Barreto.

**Mapa 6. Sobre IPVS 2010**



Fonte: SEADE, 2010, MCidades/CEF, MTST. Elaboração: Daniela Julião e Filipe Barreto.

**Gráfico 2. Localização na mancha urbana**



Fonte: MCidades/CEF, MTST. Elaboração: Rafael Borges Pereira.

Observando o Mapa 4 e o Gráfico 2, é possível constatar que dos 4 empreendimentos conquistados, 3 coincidem com o terreno da ocupação que o origina, exceto 1. No que se refere à oferta de emprego, destes 4, 3 estão localizados em áreas com oferta de empregos nas duas faixas mais baixas (0 a 50 empr./ha) e 1 na faixa mais alta (mais de 150 empr./ha). Já no que se refere à renda, todos os empreendimentos estão em setores com predominância das três faixas mais baixas (R\$ 0 a R\$ 1.530), sendo que 1 deles está bem próximo de áreas nas faixas de renda mais alta (R\$1.530 a R\$ 4.080). Avaliando o IPVS, 1 empreendimento se encontra em setor de vulnerabilidade muito alta, 1 média e 1 muito baixa, 1 sem informação. Entende-se portanto que nesta produção habitacional, exceto pelo empreendimento na região da Luz, fica reforçada a lógica de segregação dos pobres em regiões de baixa oferta de emprego, de concentração de população de baixa renda e com deficiências no acesso a equipamentos e serviços urbanos.

Esta avaliação nos permitiu inferir que no processo de negociação: ou o movimento não entrou no mérito da localização do terreno selecionado para o atendimento habitacional, considerando que ele em si já configurava vitória na luta; ou que o movimento privilegiou nas negociações terrenos mais periféricos intencionalmente, a fim de reunir o que considerava condições fundamentais para construção de processos de grandes lutas coletivas.

Porém, nesta discussão sobre atuação no Centro ou na periferia, cabe ainda outro apontamento. Nas falas de alguns dirigentes entrevistados, apareceu uma crítica em relação ao que consideram ser a visão insuficiente dos movimentos de moradia “mais antigos” sobre a Reforma Urbana: que

a luta pela democratização do espaço urbano estaria associada a uma disputa pelo Centro Histórico de São Paulo, ou seja, um pequeno núcleo no qual nem mesmo caberiam tantos sem-teto que existiam naquele momento. Para esta discussão, cabe trazer alguns dados do *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010*, produzidos pela Fundação João Pinheiro, a partir dos dados do Censo 2010. Se relacionarmos o número de imóveis vagos na RMSP (485,3 mil) com o déficit habitacional (793 mil domicílios), percebe-se que a vacância de imóveis é grande (61%) e teria capacidade de abrigar um número importante de sem-teto. Se desagregarmos estes grandes números pelos municípios que compõem a RMSP, a situação se torna ainda mais eloquente, pois em 27 dos 39 municípios, mais da metade do déficit poderia ocupar imóveis vazios. Não se trata, evidentemente, de solução única para o todo da questão urbana e habitacional, que é atravessada por uma ampla diversidade e complexidade de situações de precariedades. Certamente nem todos estes imóveis indicados nos dados seriam adequados para reformas ou readequações. Uma parte deles também deveria ser desconsiderado para esta finalidade por serem casas de campo. Mas seguramente, trata-se de uma estratégia importante para compor um conjunto de ferramentas de democratização do acesso à cidade. Por outro lado, pode-se observar que há nesse argumento uma redução do que seja a luta pelo centro e da própria Reforma Urbana. Isso porque entre os extremos – o Centro Histórico de São Paulo e a periferia extrema da metrópole, onde o MTST atua predominantemente – existe um universo de realidades urbanas consolidadas, subcentros e até mesmo assentamentos precários inseridos em tecido urbano consolidado. Portanto, a “luta pelo centro” não significa disputa pelo Centro Histórico de São Paulo, mas sim pelo acesso a qualidades urbanísticas (infraestruturas urbanas, equipamentos públicos, áreas comerciais, oferta de emprego próxima e a habitação). Estes elementos estão presentes em graus variados pelo tecido urbano da metrópole, com uma distribuição muito desigual, o que significa que uma disputa “pelo centro” pode se referir a todas as regiões mais consolidadas da metrópole, mais estruturadas, mais próximas das zonas de concentração de empregos.

No que tange à afirmação de que os movimentos mais alinhados ao PT concentram sua atuação majoritariamente na região central, também cabe questionamento. Seria difícil aferir precisamente e comparar o tamanho da base organizada pelos movimentos com atuação mais no centro e mais na periferia, mesmo porque esses números são muito dinâmicos. Ainda assim, se levarmos em consideração a percepção de Márcia Terlizzi (2017), que acompanhou por cerca de 25 anos, como servidora da Secretaria Municipal de Habitação, a interação de movimentos sociais com a Prefeitura de São Paulo, teríamos uma indicação contrária, de que numericamente predominam os movimentos de moradia e associações comunitárias com atuação em áreas mais periféricas.

Portanto, esta suposta diferença entre os movimentos mais alinhados ao PT e o MTST se mostra falsa. Há sim diferenças entre eles, mas não se trata de escolhas diferentes de local de atuação orientadas por compreensões diferentes do sentido da Reforma Urbana. Parece antes uma discussão de projetos políticos e de estratégias de ação no contexto lulista.

Isto posto, podemos voltar à questão que origina este debate, ou seja, por que o MTST reivindica o acesso a regiões que são, em grande medida, desprovidas destas qualidades urbanísticas que aparecem como prioritárias no seu próprio discurso, assim como no dos movimentos de moradia do ConCidades e do Fórum Nacional da Reforma Urbana. A reflexão e análise sobre os movimentos de moradia exigem a atenção para duas dimensões da luta: uma primeira é a leitura estrutural da forma como a cidade é produzida, das forças que agem sobre ela, dos agentes e seus interesses, dos conflitos no espaço, etc. Esta leitura define antagonistas, interesses e tendências de ação dos agentes. Outra dimensão é a da estratégia de intervenção sobre esta realidade estrutural, um campo de escolhas. Do ponto de vista da compreensão estrutural da realidade urbana do movimento, as leituras e as entrevistas com o MTST mostraram uma radicalidade maior que a dos demais movimentos de moradia, uma maior disposição de enfrentamento de interesses dominantes e, por isso, de ruptura com o modelo de conciliação lulista. Todavia, quando observamos a disputa concreta empreendida nas ações diretas do movimento, o quadro muda um pouco. Vejamos.

A lógica hegemônica de produção capitalista do espaço urbano é vigente em todo o território metropolitano, tanto nas áreas mais urbanizadas quanto nas menos, o que significa afirmar que todos os terrenos, até mesmo aqueles com menos atributos urbanos, têm um proprietário em condições de auferir rendas imobiliárias a partir deles e definir por meio do preço o perfil socioeconômico de quem pode usufruir deles. Dessa forma, por uma lógica estrita, seria possível concluir que qualquer ocupação de propriedade teria a capacidade de questionar esse poder do proprietário e a própria segregação urbana; em última análise, com alguma mediação, poderia inclusive ser considerada uma disputa com o capital imobiliário. Contudo, num momento em que houve oferta abundante de crédito e subsídios públicos do MCMV para uma produção habitacional sem regulação territorial, até mesmo os terrenos mais periféricos ou menos urbanizados passaram a interessar incorporadoras e construtoras, o que confundiu o real significado de “enfrentamento do capital imobiliário”, pois nesse cenário empreender tal enfrentamento não significa disputar boas localizações na cidade. Portanto, mais adequado do que indagar se há ou não disputa com o capital imobiliário no acesso à terra em cada empreendimento ou terreno conquistado, seria discutir a existência de disputa por qualidades de localização. Nesse sentido, as ocupações representaram embates com a propriedade privada mais em uma dimensão simbólica do que propriamente política. Em última análise, seria possível concluir que as ocupações do MTST não construíram a Reforma Urbana em si, mas construíram processos de lutas populares de massa, buscando interferir na correlação geral de forças políticas no país, a partir de um lugar de fala autônomo em relação aos governos e às estratégias dos partidos políticos. De um ponto de vista macro, buscaram produzir ganhos de força para um projeto político de esquerda independente da direção do PT, na cena política geral; e de um ponto de vista micro, buscaram formar lideranças populares, a partir de experiências de reivindicações coletivas; de enfrentamentos com os aparelhos do Estado. Gabriel Simeone (2015) afirma que “nosso movimento tem que ser capaz de pender a relação de forças a partir da política. E a pior forma de fazer isso é se amarrar com os caras<sup>10</sup> através da eleição”.

#### 4.2.2. Incidência na elaboração e aprovação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo

Para além das ocupações, vale destacar o papel que o MTST teve no processo de elaboração e aprovação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2014. Segundo Daniela Zilio (2016), arquiteta urbanista que trabalhou na equipe técnica que acompanhou todo o processo de elaboração do PDE na Câmara dos Vereadores, “o Plano não teria sido aprovado com o conteúdo progressista que teve e com a celeridade que teve, não fosse a ação do MTST”. Isso porque o movimento lançou mão de um repertório de ações capazes de inseri-lo como ator político relevante naquela arena, mesmo estando fora da institucionalidade (ou principalmente por isso).

Em primeiro lugar, demonstrou capacidade de mobilização massiva, chegando a levar milhares de manifestantes (parte deles era ligada a outros movimentos, mas em sua maioria eram organizados pelo MTST) para a frente e para dentro do edifício da Câmara em momentos chave de disputa. Em diversos momentos, o movimento desafiou os limites e controles de acesso impostos pela Polícia Militar, ameaçando ocupar o edifício e o Plenário. No momento em que o projeto de lei vai para votação, as famílias acampavam na frente do edifício e lá permaneceram durante sete dias, até a sua aprovação. Enfim, a presença e a pressão física sobre os vereadores instaurou um clima de tensão no processo.

Uma outra estratégia de ação relatada pela entrevistada foi a participação de lideranças do MTST, junto a outras de outros movimentos e entidades, na apresentação de áreas para serem demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Foi notável ainda o recurso que estas lideranças utilizam de ameaçar a realização da Copa do Mundo com grandes manifestações de rua (visíveis para a imprensa internacional), caso as áreas reivindicadas pelo MTST não fossem demarcadas como ZEIS.

É certo que, ao fim do processo, nem todas as reivindicações do movimento foram contempladas, mas a ação dos movimentos de moradia, com grande destaque para o MTST pareceu tirar a institucionalidade de uma certa zona de conforto, apostando no conflito como motor de transformação. A entrevistada afirma, em síntese, que “os outros movimentos contribuiriam mais com o conteúdo e o MTST mais com a pressão”. Esse relato da arquiteta revelou, por um lado, a adoção de um repertório de confronto com a institucionalidade capaz de garantir a conquista de importantes reivindicações, como a demarcação da ZEIS da Ocupação Nova Palestina. Mas revela, por outra parte, um certo contrassenso ao justamente utilizar um instrumento urbanístico de reserva de localização na cidade para população pobre numa localização já extremamente periférica e carente de infraestruturas e serviços urbanos; um desencontro entre a estratégia de poder e a disputa pela cidade.

#### 4.2.3. Editais da COHAB

Um das práticas de reivindicação do MTST no período considerado foi, tal como fez a UMM, a incidência sobre a elaboração dos editais da COHAB de destinação de imóveis para construção de empreendimentos via MCMV-E. Nesse processo, foram conquistados apenas 2 terrenos.

Analisando a qualidade da localização destes terrenos pelo indicador da concentração de empregos, contata-se que 1 se encontrava em setor na segunda faixa mais baixa (25 a 50 empr./ha) e o outro na faixa seguinte (50 a 75 empr./ha). No que se refere à renda, ambos estavam em região com predominância da faixa entre R\$ 510 a R\$ 1.530, mas bem próximos de área entre R\$ 1.530 a R\$ 4.080. Já quanto ao IPVS, ambos os terrenos se encontram em áreas na faixa de vulnerabilidade baixa, mas bem próximos tanto de áreas com vulnerabilidade baixíssima, quanto também alguns pontos de muito alta. Em suma, ambos reforçam bolsões de pobreza, distantes da oferta de empregos e dos equipamentos sociais.

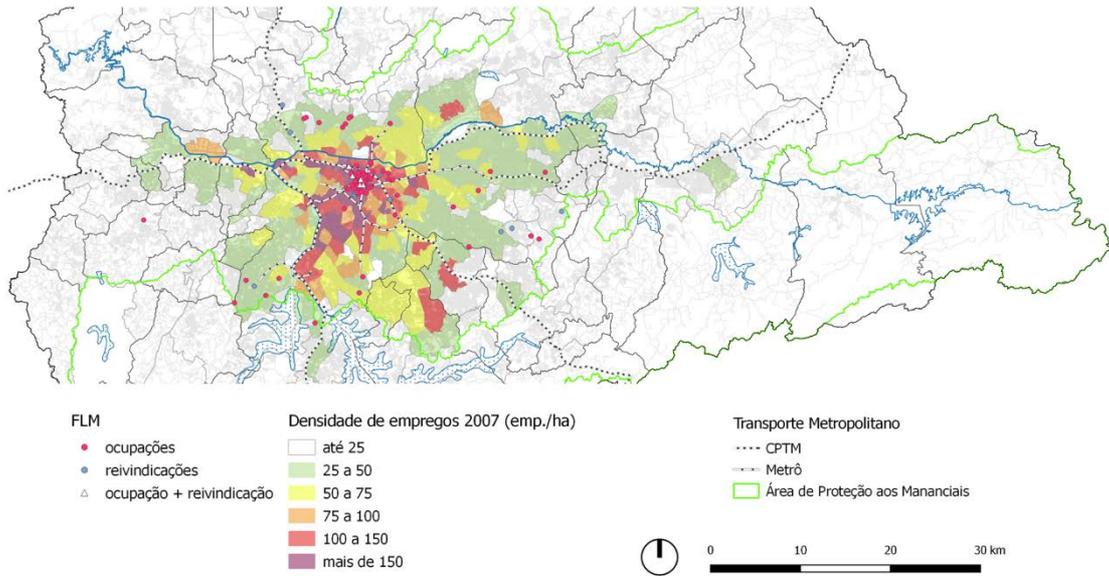
Finalmente, o MTST não vinha encampando a agenda de participação social nem em nível nacional, nem em nível local, não incidindo em conselhos e conferências, embora em algumas falas apareça um reconhecimento de alguma importância destas instâncias.

### 4.3. FLM

#### 4.3.1. Ocupações de edifícios para ficar

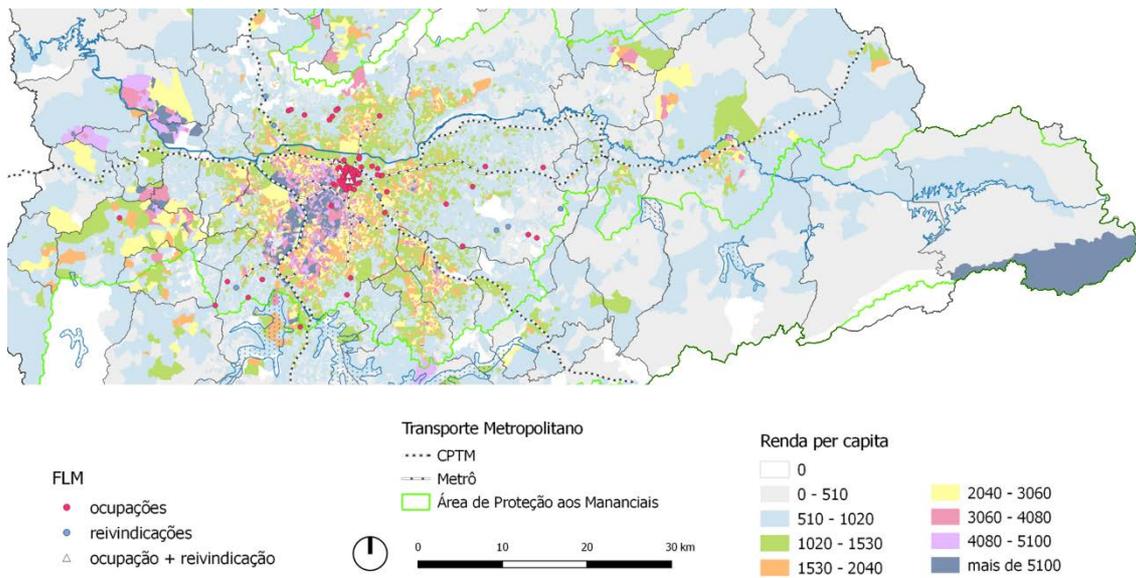
O significado da tática da ocupação para a FLM se diferencia daquelas praticadas pelos dois outros movimentos estudados. Tem uma função de denúncia do descumprimento da função social da propriedade de imóveis abandonados tal como as demais, mas o meio de fazê-lo é a instalação das famílias de forma mais definitiva, como suas moradias efetivamente. Isto tem uma série de implicações organizativas, jurídicas e políticas. Mas destacamos neste trabalho as suas implicações territoriais, pois ela promove de forma imediata para o cotidiano dos ocupantes o usufruto de localizações urbanas privilegiadas. Observando os Mapas 7, 8 e 9 e também o Gráfico 3 (Reivindicações, ocupações e empreendimentos da FLM na RMSP), do conjunto de ocupações levantadas da FLM (104) no período de estudo, nota-se uma grande concentração na região da Subprefeitura da Sé (75%), 5% no centro expandido do município (para além das anteriores), 5% em áreas de franja urbana da metrópole, 15% em uma periferia média mais consolidada.

#### Mapa 7. Sobre oferta de empregos



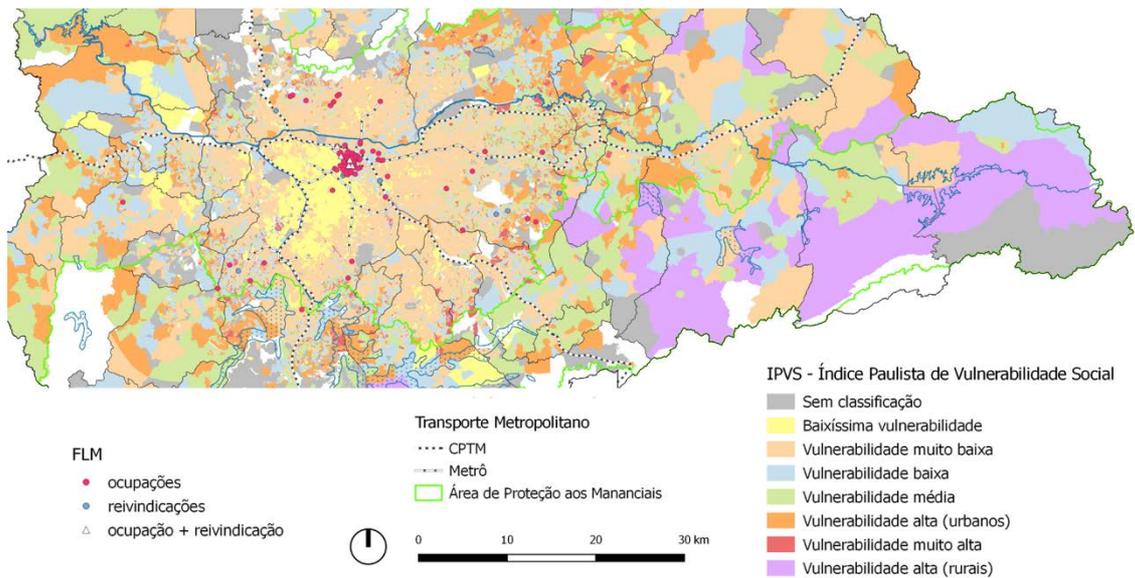
Fonte: OD 2007, MCidades/CEF, Portal FLM, Documentos FLM, STRAUSS, Luiza, 2013. Elaboração: Daniela Julião e Filipe Barreto.

**Mapa 8. Sobre renda per capita**



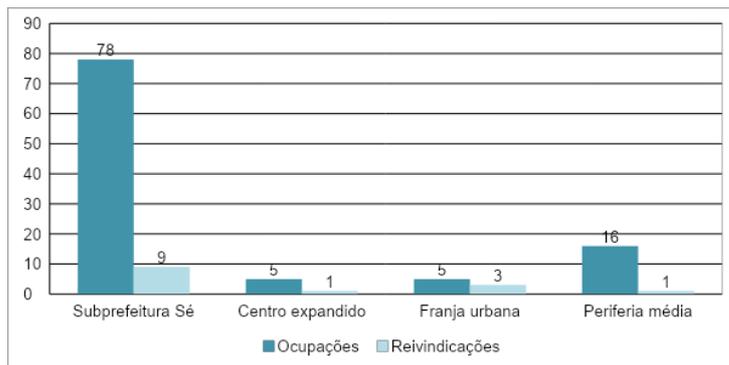
Fonte: Censo 2010 IBGE, MCidades/CEF, Portal FLM, Documentos FLM, STRAUSS, Luiza, 2013. Elaboração: Daniela Julião e Filipe Barreto.

**Mapa 9. Sobre IPVS 2010**



Fonte: SEADE, 2010, MCidades/CEF, Portal FLM, Documentos FLM, STRAUSS, Luiza, 2013. Elaboração: Daniela Julião e Filipe Barreto.

**Gráfico 3. Localização na mancha urbana**



Fonte: Portal FLM, Documentos FLM. Elaboração: Rafael Borges Pereira.

Analisando a localização da oferta de empregos, a quase totalidade das ocupações nas circunscrições da “Subprefeitura Sé” está na faixa mais alta (mais de 150 empr./ha) e as demais no Centro expandido, nas duas faixas seguintes (75 a 150 empr./ha). Já os 5% em áreas de franja urbana e periferia média, estão todas nas três faixas mais baixas (0 a 75 empr./ha). Quanto à renda, quase todas as ocupações da categoria “Subprefeitura Sé” estão situadas em setores nas faixas entre R\$ 1.020 a R\$ 3.060, mas bem próximas de áreas nas faixas mais altas (R\$ 3.060 a mais de R\$ 5.100), com destaque para um delas realizada no bairro paulistano dos Jardins, em meio a uma população de altíssima renda. 17% das ocupações estão em áreas que alcançam a faixa entre R\$ 1.020 a R\$ 1.530. As demais ocupações (8%) estão em áreas predominantemente de faixas de até R\$ 1.020. Por fim, observando o IPVS, contata-se que 83% das ocupações estão em áreas com predominância de faixas de baixa, muito baixa e baixíssima vulnerabilidade. 6% estão em áreas com intensa mistura de faixas, variando de muito baixa a muito alta, 2% estão inseridas em áreas com predominância de faixas de vulnerabilidade alta. Os 9% restantes estão em áreas com faixas que variam de muito baixa a média.

Portanto, o critério de localização na cidade aparece com destaque na grande maioria das ocupações da FLM, pelas três variáveis analisadas.

#### 4.3.2. Reivindicações: Editais COHAB e produção de documentos

Tal como a UMM e o MTST, a FLM também incide sobre o processo de elaboração dos editais da COHAB, pressionando a Prefeitura a incluir imóveis ocupados pelo movimento nas relações de áreas a serem repassadas para entidades da sociedade civil para produção habitacional via MCMV-E. A partir destas indicações, diversas associações filiadas à FLM participaram do processo de concorrência pública e conquistaram o direito à transferência de propriedade de apenas 6 imóveis.

Outra forma de reivindicação aferida nas práticas da FLM foi a entrega de documentos contendo solicitações de desapropriação ou destinação de imóveis privados ou públicos. A tática em si tem pouco peso político e geralmente está combinada com ocupações, mas nem sempre ao mesmo tempo. Para o interesse desta pesquisa de mapear a **disputa de localização** na ação dos movimentos de moradia, a conquista ou não do imóvel não foi critério para excluir, portanto contabilizamos estes imóveis como localizações reivindicadas ao Estado. Dessa forma, o conjunto de imóveis reivindicados soma 14.

Nesse universo, analisando a concentração de empregos, 50% imóveis estão em áreas de faixa mais alta (mais de 150 empr./ha), 43% imóveis estão em áreas de faixa mais baixa (até 50 empr./ha) e 7% em faixa intermediária (100 a 150 empr./ha). Quanto à renda, 50% estão em áreas entre R\$ 1.530 e R\$ 3.060, bem próximos de áreas entre R\$ 3.060 a mais de R\$ 5.100; 43%, em áreas de faixas mais baixas de até R\$ 1.020, 7% na faixa de R\$ 1.020 a R\$ 1.530. Por fim, pelo IPVS, é possível notar que 57% estão em áreas com predominância de faixas de baixa, muito baixa e baixíssima vulnerabilidade; 21,5% estão inseridos ou muito próximos de faixas de vulnerabilidade alta e os outros 21,5% estão em áreas com forte mistura de faixas, variando de muito baixa a média vulnerabilidade.

#### 4.3.3. Participação no Conselho Municipal de Habitação de São Paulo

A FLM participa do CMH desde a sua instituição em 2003, com diversos representantes eleitos, embora na entrevista com Manoel Del Rio (2017), os resultados obtidos e mesmo o sentido real desta participação sejam duramente criticados:

Acho que a gente participa mais como um acompanhamento, não temos nenhuma expectativa. Eu, particularmente, não falo "ah, vocês não devem participar". Participa para acompanhar. Mas o Conselho serve só para tomar o tempo do militante. Se você pegar o Conselho de Habitação, qual a decisão que foi tomada...? É claro, eles bloqueiam alguma coisa que o Governo quer fazer, coisa parecida. E olha que o da Habitação ainda tem mais participação, os outros então nem se fala. é um negócio para enganar a população. (Manoel Del Rio, Entrevista, 2017)

#### 4.3.4. Estratégia de levar base da periferia para ocupações do Centro

Um aspecto das ocupações da FLM chama a atenção: o recrutamento de pessoas das suas ocupações da periferia para as do Centro como uma tática deliberada de luta, conforme apontado pelo dirigente Manoel Del Rio. Contudo, se num primeiro momento em sua trajetória, o movimento foi mais intransigente na intenção de viabilizar a moradia para população de baixa renda em área central, em certo momento, passou a incorporar a ideia de também “levar a cidade à periferia”, como que consentindo a uma resistência da própria base. Esta fala evidencia um desafio da disputa de localização, pois ela não é natural e muitas vezes é vista como algo negativo. Isto porque parece reproduzir a violência de um deslocamento forçado, na medida em que desenraiza

a pessoa de seus laços familiares e vínculos territoriais originais. Conforma-se um desafio de disputa ideológica, nesse sentido de desconstruir e desnaturalizar a condição periférica e construir outras perspectivas de melhora de condições de vida urbana.

\*\*\*

O conjunto analisado de ações da FLM evidenciou que, por um lado, este movimento se mantém no campo de relações do PT e, em certa medida, se contém no enfrentamento do Estado, conforme é enunciado na fala do Manoel Del Rio. Fica latente um impasse político, quando se reconhece os limites da ação em colaboração com o governo e, ao mesmo tempo, a efetividade e premência do confronto.

Por outro lado, é muito notável que a questão da localização na cidade aparece, mais do que na ação dos outros dois movimentos, com grande prioridade nas ocupações de áreas centrais, assim como na tática de transitar sua base da periferia para o Centro, dispondo-se a enfrentar as dificuldades inerentes a este desafio.

No que se refere aos programas PCS e MCMV-E, a FLM não logrou implantar empreendimentos habitacionais no período estudado, o que parece indício de uma dificuldade de compatibilizar sua tática principal das ocupações “para ficar” com um caminho de acesso à terra via mercado definido pelo desenho dos programas; e, ao mesmo tempo, um certo nível de resistência a aderir integralmente a esta lógica. Cabe ressaltar que houve, em períodos anteriores, atendimentos de famílias da base da FLM em áreas centrais e periféricas em outros programas como o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o Programa de Atuação em Cortiços do Banco Interamericano de Desenvolvimento (PAC-BID), a Carta de Crédito da CDHU e outros da própria COHAB. Mas estes foram programas em que o movimento não teve incidência direta sobre a localização do empreendimento.

## **5. Considerações finais: contribuição ao debate sobre as perspectivas da Reforma Urbana**

### *5.1. Disputa por localização entre os movimentos de moradia estudados*

Analisando os três movimentos de moradia estudados no período de 2003 a 2016, foi possível identificar que predominaram na ação da UMM e do MTST estratégias que, por motivações diferentes, evitaram a disputa de localização. Seja pela prioridade à operação dos programas habitacionais autogestionários tal como foram instituídos, no caso da UMM; seja pela intenção de construção de um campo político de esquerda por fora da órbita do PT e enraizado na luta popular, no caso do MTST, a questão da boa qualidade da localização na conquista não foi priorizada. Já na atuação da FLM, observa-se uma centralidade da disputa por localização no município de São Paulo, com um número muito grande de ocupações “para ficar”, que viabilizaram para sua base habitações bem localizadas, porém com precariedades em graus variados do ponto de vista arquitetônico.

Ademais, analisando as ocupações de maneira global, por meio dos mapas e gráficos apresentados, é possível notar que estão concentradas predominantemente na região da Subprefeitura da Sé e nas franjas da metrópole. Entre estes dois extremos existe uma grande zona intermediária pouco explorada pelos movimentos em geral. Pareceu-nos que valeria um estudo mais minucioso desse trecho de cidade para identificação, quantificação e qualificação de terrenos vazios e imóveis ociosos, vislumbrando outras frente de lutas.

Já os empreendimentos em sua maioria reproduziram a lógica de segregação dos pobres em áreas da cidade menos providas de infraestruturas e serviços urbanos, claramente moldados pelo desenho institucional de acesso à terra definido pelos programas.

## 5.2. O (falso) impasse: levar a periferia à cidade ou a cidade à periferia?

Nas falas sobre as estratégias de ação dos três movimentos de moradia estudados, no que se refere à forma como a questão da localização urbana entra na luta, ficam subjacentes diferentes posições que cada um busca racionalizar à sua maneira: “levar a periferia à cidade” ou a “cidade à periferia”. Este dilema se refere a duas direções distintas de ação. Na primeira, o movimento prioriza lutar pelas infraestruturas e serviços urbanos que faltam nas áreas mais pobres e periféricas, já que as pessoas “têm o direito” de morar onde já moram. Na segunda, busca trazer as pessoas que moram em periferias para morarem em regiões mais centrais da metrópole, que já são mais servidas de infraestruturas e serviços urbanos.

Este suposto dilema deve ser analisado com atenção, pois nos parece ele que acaba encobrindo escolhas políticas e estratégicas, no que se refere aos enfrentamentos inerentes à disputa por localização. Por ele, fica subentendido que a população mais pobre teria livremente escolhido morar onde mora e desconsidera a lógica estrutural que orienta a produção capitalista da cidade e define onde cada classe social pode morar. Os aspectos da constituição e respeito aos vínculos territoriais, históricos e afetivos com a periferia – que são frequentemente trazidos à tona e devem de fato ser considerados, *entre outros aspectos* – acabam servindo para justificar a não disputa de localização e sendo funcionais para a mesma lógica que reserva à população pobre uma condição de subcidadania urbana permanente. A cidade já construída pela lógica dominante mercantil e rentista, produz de maneira incremental novas vulnerabilidades sociais em graus variados pelo território e com isso vai definindo passivos urbanos a serem administrados, mitigados, tratados ao longo da história futura. Dessa forma, a permanência deste pensamento define uma perspectiva e um projeto de “urbanização a conta-gotas”<sup>11</sup> e construção de cidadania a conta-gotas. A questão real que se coloca é que lugar teve a dimensão da localização na luta dos movimentos de moradia, num momento histórico em que os movimentos sociais tiveram maior reconhecimento e incidência política sobre o Governo. Nesse sentido, é forçoso reconhecer que este aspecto não teve centralidade no conjunto das lutas dos movimentos de moradia. Por fim, é fundamental lembrar que existem limites do meio ambiente e da própria vida cotidiana para o crescimento horizontal da mancha urbana: o avanço sobre as áreas de proteção aos mananciais, os tempos e custos crescentes de deslocamento, a necessidade crescente de investimento público para provisão de infraestruturas em locais desprovidos.

## 5.3. Institucionalização da luta e papel dos movimentos sociais

Nossa avaliação é de que a institucionalidade é uma dimensão inerente à construção democrática (DAGNINO et. al, 2006) e, nesse sentido, o avanço da luta de classes aponta para uma construção histórica e permanente de novas institucionalidades mais favoráveis à melhoria das condições de vida das classes populares, mais propícias à redução de desigualdades. Para esta discussão, vale retomar a reflexão proposta por um conjunto de intelectuais militantes que editaram a Revista *Desvios*<sup>12</sup>, em 1982, que refletem sobre a questão da **autonomia** nas lutas sociais de esquerda no contexto do fim da ditadura militar brasileira e efervescência de mobilizações sociais que culminaram na fundação do PT. Do texto de Marco Aurélio Garcia nesta revista, depreende-se uma estruturação da luta em alguns momentos distintos e articulados:

- a criação da ação direta de base;
- a globalização dessa ação, atribuindo-lhe um sentido maior, politizando-a;
- institucionalização da ação;
- necessidade de criação de novas ferramentas que deem respostas às contradições inerentes à institucionalização da ação original empreendida;

Dessa forma, o texto aponta para a necessidade de as classe populares em luta criarem e recriarem permanentemente espaços e ferramentas instituintes, pois o atrelamento aos espaços e ferramentas institucionais, ao mesmo tempo em que representa avanços nas condições de vida e de luta da classe, também incorporam contradições dos processos democrático-burgueses e tornam a possibilidade de mudança mais viscosa, morosa historicamente.

Estes elementos apresentados definem uma relação dialética necessária entre a luta institucional e a luta direta e deixa implícita uma compreensão de “luta direta” como aquela que provoca um tensionamento da luta de classes em favor das classes populares. Dessa forma, ficam reconhecidos tanto os avanços propiciados pela luta institucional como também a permanência, em certa medida, de ações diretas por parte destes movimentos, durante as gestões federais de Lula e Dilma. O centro da crítica se situa, portanto, no arrefecimento da **luta de classes** e da disputa de **projetos políticos** (DAGNINO, 2002, p. 282) no âmbito do Governo. Este debate, por sua vez, deve estar situado no âmbito de uma reflexão maior acerca da estratégia política hegemônica pelo PT durante este período e o lugar e o papel dos movimentos sociais no bojo desta estratégia. Nesse sentido, cabe destacar a reflexão proposta por Guilherme Boulos (2017), que afirma que os movimentos de moradia tiveram espaço nos governos, mas não na **definição de suas políticas** podendo contribuir numa outra governabilidade, mais favorável às pautas populares.

## 5. Referências bibliográficas

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. “Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula”. **DADOS Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 2014, pp. 325-357.
- BOULOS, G. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2012.
- CAVALCANTI, G. C. V. **Uma concessão ao passado: trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – FFLCH-USP. São Paulo, 2006.
- COLETIVO DESVIOS. “Autonomia em questão”. **Desvios**, São Paulo, 1982.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades, In: DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. In: DAGNINO, E., OLVERA, A. J., PANFICHI, A. *A Disputa pela Construção Democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 2006.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte, 2016, p. 42-51. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>>. Acesso em 26 fev. 2017.
- GARCIA, M. A. “Os desafios da autonomia operária - São Bernardo: a (auto)construção de um movimento operário”. **Desvios**, São Paulo, 1982.
- GOHN, M. D. G. **Movimentos Sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- HARVEY, D. “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6, jun/set 1982. p. 6-35.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. O impasse da política urbana. In: MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

- NEUHOLD, R. D. R. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos**: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado) - FFLCH-USP. São Paulo, 2009.
- PIRES, R. R. C.; VAZ, A. C. N. "Para além da participação: interfaces socioestatais no Governo Federal". **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, 2014. 61-91.
- RIBEIRO, L. C. D. Q. Os desafios da Reforma Urbana nas metrópoles brasileiras. In: KLINK, Jeron. (Org.). *Governança Das Metrópoles - conceitos, experiências e perspectivas*. 1ªed. Butantã/SP: Annablume Editora, 2010, v. , p. 75-98.
- RIZEK, C. et al. Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (. ). *Minha casa, e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 289-322.
- \_\_\_\_\_.; SANTO AMORE, C.; CAMARGO, C. M. D. "Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa Minha Casa Minha Vida Entidades". **Caderno CRH**, Salvador, 27, Set/Dez 2014. 531-546. Disponível em:. Acesso em: 19 abr. 2015.
- RODRIGUES, E. L. **A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**. Dissertação (Mestrado) – FAU-USP. São Paulo, 2013.
- ROLNIK, R. "Democracia no fio da navalha: Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Florianópolis, v. 11, n. 2, nov. 2009. p. 31-50.
- \_\_\_\_\_. "Urbanização a conta-gotas". **Versus: Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ** (Impresso), v. 2, p. 28-30, 2009
- ROSSI, M. T. B. **Habitação social e gestão associativa**: Avaliação dos programas promovidos pelo Estado de São Paulo no período de 1990 a 2008. Tese (Doutorado) – FAU-USP. São Paulo, 2012.
- SADER, E. "Autonomia popular e vontade política". **Desvios**, São Paulo, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAULE JÚNIOR, N. Marco legal do Direito à Cidade: A trajetória da Reforma Urbana no Brasil. In: SUGRANYES, A.; MATHIVEL, C. *Cidades para todos: Propostas e experiências pelo Direito à Cidade*. 1a. ed. Santiago: Habitat International Coalition, v. 1, 2010. p. pp. 257-271.
- SINGER, A. V. **Os sentidos do lulismo**: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia Das Letras, 2012.
- SINGER, P.; BRANT, V. C. **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.
- TARROW, S. **O poder em movimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. "Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo". **Opinião Pública**, Campinas, novembro 2012. 399-426.
- TILLY, C. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel: FAPESP Lincoln Institute, 2001.

Sites:

FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA. Disponível em:  
<<http://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 12 fev. 2017

MTST. Disponível em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em 12 fev. 2017.

### *Entrevistas*

Daniela Zilio, 2016

Dito Barbosa, 2016

Evaniza Rodrigues, 2016

Gabriel Simeone, 2015

Guilherme Boulos, 2017

Márcia Terlizzi, 2017

Natália Szermeta, 2016

Manoel Del Rio, 2017

### *Documentos*

Acervo pessoal de documentos Prof<sup>a</sup> Erminia Maricato.

Leitura de documentos entregues a autoridades pela FLM, contendo reivindicações;

---

<sup>1</sup> A rigor, a UMM e a FLM se organizam como articulações de movimentos de moradia e associações, enquanto o MTST se organiza como movimento unitário. Contudo, para facilitar a leitura, chamamos neste texto as três organizações de “movimentos”, acreditando não haver perda importante de conteúdo por isso.

<sup>2</sup> Como Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003-2006) e como Consultora da Presidência da Caixa Econômica Federal (2011-2013).

<sup>3</sup> Efetivamente implantada ou contratada.

<sup>4</sup> Medida em empregos por hectare, medida pela Pesquisa Origem Destino 2007, do Metrô de São Paulo. Por meio deste indicador, conseguimos visualizar o extensão de deslocamentos cotidianos e a demanda por serviços de transporte coletivo;

<sup>5</sup> Medido pelo Censo 2010 do IBGE. Por meio deste indicador, é possível identificar se cada ponto analisado reforça ou subverte a segregação econômica, os bolsões de pobreza.

<sup>6</sup> Medido pela Fundação SEADE. Este índice relaciona diversas variáveis de renda com acesso a alguns serviços urbanos de educação e saúde, aspectos relevantes para qualificar a localização.

<sup>7</sup> Este número diz respeito às entidades que consegui identificar vínculo com a UMM, de forma que há possibilidade ele ser maior.

<sup>8</sup> Segundo Natália Szermeta, esta tática de luta se inspira na ação do movimento dos *Piqueteros*, na Argentina, durante o governo do Presidente Fernando de la Rúa (1999-2001). Este movimento paralizou o país com manifestações massivas de rua e obstrução de inúmeras vias, que contribuíram fortemente para sua deposição em 2001.

<sup>9</sup> Vale ressaltar que, conforme relatado na entrevista da coordenadora Natália Szermeta, a Ocupação Estaiadinha (a única em área central do município de São Paulo) não foi realizada diretamente pelo MTST. Um conjunto de moradores da antiga Favela do Gato procura o movimento e pede que este encampe e assuma a direção da luta, o que de fato acontece por fim. As famílias passam assim a compor a sistemática de encontros e o calendário de lutas do MTST.

<sup>10</sup> Referindo-se à subordinação de lideranças de movimentos sociais a parlamentares do PT.

<sup>11</sup> Expressão cunhada pela urbanista Raquel Rolnik no artigo “Urbanização a conta-gotas”. Cf. ROLNIK, 2009, pp. 28-30.

<sup>12</sup> Fizeram parte do corpo editorial desta revista Eder Sader, Marilena Chauí, Marco Aurélio Garcia, Vera Telles, Maria Célia Paoli, Silvio Caccia Bava, Amneris Maroni, Emilson Bizeti, Elio Cunha, Elisabeth Sousa-Lobo, Marcia Possatti, Marco Antonio Oliveira, Maria Helena Oliva Augusto, Nena Fingermann, Rubens Possatti, Zelinda Cunha.